

DO FEMINISMO CIVILIZATÓRIO A UM FEMINISMO AMPLO E INCLUSIVO: FEMINISMO DECOLONIAL

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020, 144 p.

Katia Alexsandra dos Santos¹

Mirian Adorno²

Um feminismo decolonial, publicado em 2020, é o primeiro livro traduzido no Brasil da socióloga Françoise Vergès, autora que lançou também recentemente outra obra: *Por uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção* (2021). A edição é dividida em duas partes e inicia com uma apresentação intitulada “Por um feminismo radical”, escrita por Flávia Rios. Ainda há uma nota de tradução das tradutoras Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo, e um prefácio escrito pela autora para a edição brasileira, seguido de uma introdução, bastante provocativa: “Invisíveis, elas abrem a cidade”.

O primeiro ponto a ser destacado sobre seus escritos é o firme posicionamento de crítica ao feminismo hegemônico e, portanto, branco, europeu e liberal, tendência observada e destacada pela autora em produções do chamado Sul global. A oposição Norte e Sul Global tem sido utilizada por alguns autores, como Boaventura Souza Santos (2009), para caracterizar a divisão, não geográfica, mas que separa países imperialistas e colonizadores daqueles colonizados e, portanto, expropriados de suas riquezas, culturas, epistemologias, etc. A crítica a um feminismo essencialista, que toma o modelo europeu para designar as lutas femininas, não é novidade nos estudos feministas, tendo sido apresentado por diversas autoras, tais como bell hooks³ (2019) que, em 1984, em seu livro, *Teoria feminista: da margem ao centro*, já trazia questionamentos a partir do feminismo negro.

¹ Professora Adjunta do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

² Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário-PPGDC- Unicentro.

³ Grafia em minúsculo, tal como solicitado pela autora.

Da mesma forma que o texto apresenta contundente crítica ao feminismo, também o defende de maneira enfática, mas não se trata de qualquer feminismo, visto que o termo abarca diferentes visões e possibilidades, as quais a autora vai apresentando ao longo da sua escrita. A defesa vai ao encontro de um feminismo decolonial, sobre o qual discorrerá em grande parte do livro. A tradução e publicação desta obra no Brasil pela Editora Ubu demonstra como os estudos decoloniais têm ganhado espaço nos últimos anos, embora a crítica ao sistema colonial e seus efeitos já tenha se feito presente no pensamento de autores e autoras brasileiros(as) em períodos bem anteriores, como Lélia Gonzalez (2020), por exemplo. É nesse campo conceitual que a autora irá centrar a primeira parte do livro “Definir um campo: um horizonte decolonial”, na qual irá nos situar acerca de seus fundamentos e bases epistemológicas.

O movimento decolonial marca uma posição contestatória em relação a conjuntos de práticas e epistemologias dominantes, especialmente aquelas produzidas no norte global. Assim, esta hegemonia encontra-se atrelada a processos de exploração que classificaram e subjugarão indivíduos, exterminaram territórios e modos de organizações de povos. Este processo imperialista não se dá por acabado após o fim do colonialismo e se reatualiza, a partir do que um grupo de autores latino-americanos têm chamado de “colonialidade” (QUINTERO, FIGUEIRA, ELIZALDE, 2019). No que diz respeito à conceituação de um Feminismo Decolonial, a terminologia foi inaugurada por Maria Lugones (2019), autora argentina que desenvolveu a ideia de colonialidade de gênero, a partir do conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2005).

Nascida na França, berço do colonialismo, a escritora, historiadora e cientista política Françoise Vergès possui vivência em locais afetados pelo domínio imperialista, como a Ilha da União e Argélia, trazendo marcos de sua trajetória enquanto mulher racializada. O percurso da autora assemelha-se ao descrito por Grada Kilomba, em sua obra *Memórias da Plantação* (2019), ainda que esta última produção ocorra fora do eixo sul:

Cheguei a Berlim, onde a história colonial alemã e a ditadura imperial fascista também deixaram marcas inimagináveis. E, no entanto, pareceu-me haver uma pequena diferença: enquanto eu vinha de um lugar de negação, ou até mesmo de glorificação da história colonial estava agora num outro lugar onde a história provocava culpa, ou até mesmo vergonha. Este percurso de conscientização coletiva, que começa com negação-culpa-vergonha-reconhecimento-reparação, não é de forma alguma um percurso moral, mas um percurso de responsabilização. A responsabilidade de criar novas configurações de poder e de conhecimento”. (KILOMBA, 2019, p. 11).

A visão trazida por Vergès acerca da França e, sobretudo, do feminismo francês, contudo, é bastante diferente do que aponta Kilomba no trecho reproduzido. A autora aponta as inconsistências de grupos franceses intitulados feministas que não transpõem o viés colonialista, de modo que suas pautas acabam sendo discriminatórias e impositivas da cultura europeia, principalmente quando se trata de grupos islâmicos. Vergès aborda a polêmica em torno do uso de véu por mulheres islâmicas e a recente proibição nas escolas francesas. Uma das críticas à abordagem decolonial encontra nessa seara terreno fértil para acusar as teóricas de coadunar com sistemas de opressão. No entanto, não trazem à baila os efeitos do colonialismo e utilizam os mesmos preceitos homogeneizantes para fundamentar seu posicionamento.

O conceito de destaque na escrita de Vergès é o que ela chama de “feminismo civilizatório”, que vai ser materializado por meio de fatos evocados por ela no segundo momento do livro. Tal empreendimento ancora-se em um pensamento único de igualdade, mantendo o mesmo sistema de dominação de classe, gênero e raça (VERGÈS, 2020). Este será o fio condutor que a autora aponta como mais um estratagema do colonialismo, em que o direito das mulheres é cooptado para a agenda imperialista. O feminismo liberal é a expressão máxima do feminismo civilizatório, uma vez que suas pautas se esgotam na emancipação da mulher, ‘empoderamento’, inserção e igualdade em um sistema já em andamento, não contemplando a discussão das estruturas de opressão.

A autora reivindica um feminismo (que ela enfatiza, não é “O”, mas “UM”) que seja antipatriarcal, antirracista, anticapitalista e anticolonial, como destaca no trecho escrito no prefácio à edição brasileira:

Foi pensando nessas mulheres, em suas lutas e em suas vidas, que propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica. Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias (VERGÈS, 2020, p.20).

Historicamente, as tentativas de omitir “classe” e “raça” da luta feminista, em prol de um discurso homogenizador, descortinaram o racismo dos movimentos de feministas brancas. O feminismo branco, europeu, que luta pela inserção das mulheres e acesso

igualitário compactua com as estruturas de opressão, uma vez que não problematiza as desigualdades e os fundamentos que as produzem. “Ele não é ‘branco’ simplesmente porque as mulheres brancas o adotaram, mas porque ele reivindica seu pertencimento a uma parte do mundo, à Europa, que foi construída com base em uma partilha racializada do mundo” (VERGÈS, 2020, p. 36). A autora tece diversas críticas a iniciativas de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que oferecem programas de microcrédito a mulheres, construindo uma narrativa liberal de empoderamento e, portanto, de caráter individual, que despotencializa iniciativas de caráter comunitário e coletivo, próprias de mulheres negras e indígenas.

Nesse mesmo sentido, autoras como a já mencionada bell hooks (2015) questionaram a demanda de mulheres brancas norte-americanas, financeiramente abastadas, como ponto de partida para a reivindicação do feminismo, justamente por não incorporar elementos necessários como raça e classe:

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e a atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe” (HOOKS, 2015 p. 195).

Essa discussão de uma estrutura racista pungente dentro dos movimentos feministas é apresentada sobretudo por meio de uma pauta que é central na obra: o trabalho invisível de mulheres na limpeza das cidades, em sua maioria, imigrantes e racializadas. Ao mesmo tempo em que se trata de um trabalho essencial para o pleno funcionamento dos centros econômicos, comerciais, financeiros e de transporte, passa propositadamente despercebido, da mesma forma que as pessoas que realizam tal trabalho. A autora cita o caso da empresa francesa Onet, responsável pela manutenção e limpeza de diversos setores públicos e privados. A propaganda da empresa deixa clara a necessidade de que o trabalho não seja percebido⁴. Assim, a obra traça um paralelo entre as pessoas que lidam com a sujeita, os dejetos, e os próprios sujeitos. Do mesmo modo que o lixo que fazem desaparecer, são também corpos descartáveis.

O texto aborda também a realidade brasileira, destacando os efeitos de governos

⁴ Propaganda da empresa Onet mencionada por Vergès no livro: <https://www.youtube.com/watch?v=pSbLUVvn2IU>

de extrema direita, como o de Jair Bolsonaro. Menciona que a pandemia de Covid 19 trouxe um cenário que evidenciou, mais uma vez, que o recorte interseccional faz-se indispensável na luta feminista. Afinal, no cenário pandêmico, as mulheres negras e trabalhadoras domésticas foram diferentemente afetadas, uma vez que, majoritariamente responsáveis pelo trabalho essencial de limpeza e cuidado, não puderam escolher ‘ficar em casa’. Isso fez com que as mulheres racializadas e empobrecidas estivessem no topo da vulnerabilidade, para além do que a categoria gênero consegue abarcar.

A autora faz críticas ao livro *Sejamos todos feministas*, de autoria de Chimamanda Adichie (2014), uma vez que, segundo sua perspectiva, traz uma concepção idealista das relações sociais, partindo de um feminismo inclusivo que desconsidera toda a crítica feita pelo feminismo negro e decolonial. Nas palavras da autora: "[...] reduz o feminismo a uma mera mudança de mentalidade válida para todas as mulheres e todos os homens em todos os momentos e em qualquer lugar" (2020, p. 93), ou seja, vai na linha de um universalismo feminista.

Embora seus apontamentos sejam ferrenhos ao feminismo, ainda assim o termo é defendido e incorporado por ela, justificando-se favorável à pluralidade e uma posição oposta ao feminismo civilizatório. A autora rejeita, ainda, a classificação do feminismo em ondas e gerações, porque as lutas não ocorreram de forma linear, a resistência não está presente nesse discurso compartimentado, haja vista as conquistas tardias de determinados grupos de mulheres, como o voto para mulheres negras. Aliás, as formas de apagamento das mulheres negras ocorrem de diversas maneiras na história e é esse caráter inclusivo e radical que a autora busca retomar.

A mensagem final deixada por Françoise Vergès é que na luta feminista não dá para deixar de fora uma perspectiva interseccional e a crítica ao capitalismo como produtor e potencializador das desigualdades. Também deixa claro que o feminismo não pode se abster de discussões estruturais que se materializam em cada situação específica de violações de direitos, a fim de que leituras individualistas que tomam questões sociais como casos isolados, não se tornem narrativa corrente: “Aliás, as análises mais esclarecedoras e produtivas das últimas décadas foram aquelas que puxaram o maior número de fios, colocando em evidência as redes de opressão concretas e subjetivas que tecem a teia da exploração e das discriminações” (VERGÈS, 2020 p. 40). Assim, a questão da limpeza, que ocupa lugar central na sua obra, não é fenômeno menor, mas justamente fundamental na leitura feminista: “Para as feministas decoloniais, analisar os

trabalhos de limpeza e cuidado nas configurações atuais do capitalismo racial e do feminismo civilizatório é uma tarefa de primeira ordem"(VERGÈS, 2020, p.134).

Temos nessa obra um convite a entrar em contato com novos feminismos, os quais podem estar encobertos pela lente ocidental, em outras palavras, ela cumpre o papel de descolonizar o olhar quando abordamos a luta feminista, permitindo, desse modo, incorporar pautas mais plurais e de acordo com a nossa realidade. A escrita facilita esse processo pois não se detém na teorização e é rica em exemplos concretos. Desse modo, evidencia que ações que não levam em conta a interseccionalidade estão aliadas a mecanismos de dominação. Incômodo posto, a obra convida a uma mudança não só de pensamento, mas de ações no mundo.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

HOOKS, Bell. Mulheres negras moldando uma teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N.16. Brasília. Jan-abril/2015, pp. 193-210.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*, 1984.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Pp. 357-377.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf>. Acesso em 28 set. 2022.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. *Arte e colonialidade*: n.3. São Paulo: MASP Afterall, 2019, p. 1-12. Disponível em: <<https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>>. Acesso em 21.mai.2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Trad. de Dias, Jámille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VERGÈS, Françoise. *Uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.